



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

04/12/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 4
1.2. HOMENAGEM.....	5
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
1.4. PRISÃO.....	7 - 8
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	9 - 11
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12 - 14
2.3. PRISÃO.....	15
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	16 - 18
3.2. CONCURSO.....	19
3.3. CÂMARA CÍVEL.....	20
3.4. INSTITUCIONAL.....	21
3.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	22 - 23
3.6. JULGAMENTOS.....	24 - 25
3.7. PRISÃO.....	26 - 27
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. INSTITUCIONAL.....	28 - 29
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CÂMARA CÍVEL.....	30
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	31 - 34
6.2. DESEMBARGADORES.....	35 - 37
6.3. INSTITUCIONAL.....	38
6.4. PRISÃO.....	39 - 41
6.5. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	42
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. COMARCAS.....	43
7.2. DESEMBARGADORES.....	44
7.3. PRISÃO.....	45 - 48
7.4. SERVIDORES.....	49

Polícia de Poção de Pedras recebe aparelhos para reprimir infrações

A juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, titular da Comarca de Poção de Pedras, e o promotor de justiça Rommel Silva, fizeram a entrega de um bafômetro e de um decibelímetro à Polícia Militar no município.

Na quinta-feira, 2, ao entregar os equipamentos a juíza lembrou o clamor social por um controle efetivo de infrações, em especial relacionadas à embriaguez no trânsito e poluição sonora. O uso adequado dos aparelhos vai constatar a materialidade de delitos e contribuir para reprimir essas infrações.

O major José Maria Honório de Carvalho, da 10ª Companhia Independente

de Pedreiras, e o sargento Jonas Vieira, agradeceram a parceria do Judiciário e do MP com a Polícia e garantiu que os aparelhos serão usados na prevenção e repressão da criminalidade.

Os instrumentos foram adquiridos por meio de transações penais, realizadas em Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) em tramitação na comarca, mediante proposta do representante do Ministério Público.

A transação penal é a transformação, mediante proposta do Ministério Público, de penas restritivas da liberdade em penas alternativas, tais como prestação de serviços comunitários ou doações financeiras.

Fórum de Codó sofre duas tentativas de invasão na semana

O Fórum de Codó foi invadido duas vezes esta semana, "provavelmente por bandidos que procuravam armas e drogas", disse ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, ontem, a diretora e juíza da 3ª Vara da comarca, Stela Pereira Muniz Braga. O corregedor pediu providências imediatas à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Nas duas vezes, os invasores entraram pelo depósito da 3ª Vara e saíram sem levar nada. O acesso ocorreu por uma fábrica abandonada vizinha ao prédio.

Na madrugada do dia 29, empurraram um ar-condicionado para chegar ao depósito, onde reviraram caixas com processos e armários. Na primeira investida não conseguiram romper uma porta de acesso à outra dependência.

Na quarta-feira, 1º, também pela madrugada, quebraram o vidro de uma janela, serraram a grade e entraram. Um barulho provocado por um dos vigias afugentou os bandidos. Segundo a juíza, ele disse ter telefonado ao 190 da PMMA e ninguém atendeu.

O Fórum de Codó possui

quatro vigilantes cedidos pela prefeitura e que trabalham por turno. Nenhum possui arma e treinamento para a função.

As armas ali guardadas foram entregues à Polícia Militar, semanas antes, e enviadas ao Exército.

"Embora não tenham levado objetos, nada impede que os invasores retornem para subtrair bens patrimoniais e processos criminais ou, mesmo, incendiar o fórum", alerta a juíza.

O corregedor esteve em Codó em novembro, quando inaugurou o Juizado Especial Cível e Criminal, e constatou a necessidade de elevar o muro do fórum. "Devido ao recesso natalino e extrema violência da cidade, a questão é urgente", diz Stela Muniz, que pede cerca elétrica em volta do prédio e segurança armada.

Furtos e roubos se tornaram frequentes em áreas próximas ao fórum. Servidores foram assaltados na saída do trabalho e usuários de serviços da justiça tiveram bicicletas furtadas. Há menos de duas semanas, um advogado teve o carro arrombado após estacionar em rua lateral.

NOVO JUIZ TERÁ CASA ARRUMADA

A diretora do fórum disse que o juiz que assumir o juizado encontrará 80% dos processos já julgados, 5% à espera de sentença e os outros 15% com audiências designadas. Dados estatísticos apontados pela magistrada e exibidos ao público indicam que a comarca de Pedreiras bateu recorde de processos distribuídos de competência dos juzizados nos últimos três meses e ficou em primeiro lugar no Maranhão. Somente em setembro recebeu cerca de 1.600 processos novos.

A juíza Francisca Galiza enfatizou o trabalho do presidente do TJMA e do corregedor pela instalação da unidade, e da importância da implantação com as novas regras processuais que disciplinam os juzizados, simplificando o processo, ensejando a celeridade da marcha das ações e a brevidade da conclusão das causas. “A Justiça fica mais próxima do cidadão e, quanto mais próxima, mais efetiva”, resumiu a coordenadora dos Juzizados Especiais.

Justiça atende solicitação da Defensoria em defesa dos moradores da Pindoba

A comunidade do povoado Pindoba, do município de Paço do Lumiar, conquistou o direito de permanecer na área em que vive há mais de 25 anos, sem a ameaça de supostos proprietários. A Justiça de Paço do Lumiar deferiu, esta semana, liminar determinando que as empresas interessadas na área se abstenham da prática de quaisquer atos atentatórios à posse das famílias de trabalhadores rurais assentados na área até o julgamento final do processo. O descumprimento da medida resultará na aplicação de multa diária de R\$ 5.000,00.

A decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Odete Maria Pessoa Mota, atende a uma das solicitações da ação civil pública assinada pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

A ação pede o reconhecimento do direito à posse definitiva da terra a cerca de 200 famílias que ali vivem, com base no direito de usucapião (direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso por um determinado tempo).

A ação da DPE-MA requer a presença do

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) para o fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser realizada.

“Essa decisão liminar é medida de notório bom senso, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, no sentido de resguardar a posse na terra a cerca de 200 famílias da área da Pindoba que, ao longo de muitos anos, construíram suas moradias e tornaram a terra produtiva, inclusive, abastecendo de produtos agrícolas as feiras livres da cidade”, afirmou o defensor público no Núcleo de Paço do Lumiar, Thiago Josino Carrilho de Arruda, que também está acompanhando o caso.

Entenda o Conflito

Em outubro, os moradores da Pindoba, de Paço do Lumiar, município localizado na Ilha de São Luís, denunciaram à DPE- e à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (OAB-MA) ameaças de despejo por supostos donos da área, visada, possivelmente, para fins de especulação imobiliária. Segundo relataram, estranhos, que não se identificaram, fizeram o cadastramento dos imóveis, e a presença de jagunços armados se tornou constante, deixando os moradores aterrorizados.

Comendas... O Capitão da Polícia Militar do Estado, Almir Pontes, que exerce a função de Ajudante de Ordens da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, será homenageado com três comendas. O Militar será condecorado com as medalhas do Comando Militar do Exército Brasileiro “Legionário Barão de Caxias” (19 de Novembro); do Poder Judiciário Paraense “Desembargador Hermano Rodrigues de Couto” (03 de Dezembro) e Medalha do Poder Legislativo Maranhense “Manoel Bequimão” (09 de Dezembro).

JUIZADO ESPECIAL EM PEDREIRAS

O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem, 03/12, o Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras (277 km de São Luís). A unidade já começa a funcionar com cerca de 7.000 processos oriundos das três varas existentes na comarca de entrância intermediária. A diretora do Fórum Desembargador Araújo Neto e juíza da 2ª Vara, Lewman de Moura Silva, responderá temporariamente pelo juizado, até que seja nomeado outro juiz para o cargo. Instalado no mesmo endereço das varas, no fórum da cidade, na Rua das Laranjeiras, s/n, Goiabal, o juizado é dotado de gabinetes de juiz e secretário, sala de audiências e secretaria, e ocupa uma área totalmente reformada com recursos próprios da comarca, a um custo de R\$ 8 mil, onde funcionava a Justiça Eleitoral, que foi transferida para um prédio vizinho. É o 31º juizado autônomo do Maranhão e 14º do interior do estado. A capital tem outros 17 juizados.

A equipe da nova unidade contará com os cargos de juiz de direito, secretário judicial, secretário substituto, conciliador, analista judiciário, oficial de justiça (2), técnico judiciário (3) e auxiliar judiciário (2). Vai atender às demandas judiciais da população de Pedreiras (39.481 habitantes - IBGE) e dos municípios de Lima Campos e Trizidela do Vale, termos judiciais da comarca, totalizando cerca de 70 mil pessoas.

Estelionatário que se passava por autoridades é preso



Estelionatário que se passava por autoridades é preso

Policiais da Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic) cumpriram, ontem mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Criminal contra Carlos Roberto Prado, de 52 anos. Acusado de estelionato, Carlos Roberto Prado, que se passava por pessoas influentes para aplicar golpes em empresas e em órgãos públicos em todo o país, foi preso em São José de Ribamar.

Em entrevista ao Portal Imirante, o delegado da Deic, Breno Galdino Araújo, explicou como o estelionatário agia. De acordo com o delegado, Carlos Roberto Prado entrava em contatos com suas vítimas (empresas e órgãos públicos) se passando por pessoas importantes como senadores, governadores, etc.

Nessas conversas, utilizando os nomes de terceiros, Carlos Roberto Prado dizia que o grupo folclórico "Bumba Boi Encanto do Maranhão" precisava de "ajudas financeiras" para manter o grupo. E, por meio de um diálogo bastante convincente, o estelionatário conseguia recursos de suas vítimas que variavam de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil reais. No entanto, o tal grupo folclórico não existe.

As empresas e os órgãos públicos concediam a quantia pedida por Carlos Roberto Prado por acreditarem que o estelionatário realmente havia pedido estas "ajudas" a mando das pessoas importantes das quais ele se passava. No entanto, as pessoas que haviam tido os nomes envolvidos nas negociações não tinham nenhum tipo de ligação com o estelionatário.

Após receber o dinheiro combinado, Carlos Roberto Prado expedia até nota fiscal referente à "Maranhão Shows e Eventos", empresa que o estelionatário administrava. Em uma das notas falsas apresentadas pela polícia ao Portal Imirante, o valor cobrado por Carlos Roberto Prado demonstrava que ele havia recebido R\$ 28 mil em um de seus golpes. A data desta nota é referente ao dia 2 de dezembro deste ano (foto acima).

Carlos Roberto Prado havia sido preso em 2003 também por envolvimento com estelionato. E, atualmente, estava sendo investigado pela polícia. No momento da prisão, na cidade de São José de Ribamar, a polícia encontrou de posse de Carlos Roberto Prado a quantia de R\$ 1.730 (mil, setecentos e trinta

reais).

Na cela- O Portal Imirante teve acesso à cela para onde Carlos Roberto Prado foi conduzido pelos policiais na Deic. Ao chegar lá, o estelionatário conversou rapidamente com a reportagem.

Questionado sobre se as acusações de estelionato contra ele procediam, ele respondeu de maneira breve e afirmou que trabalhava em uma empresa de eventos.

- É um negócio antigo. Algumas acusações têm [procedem]. Outras não. O resto só falo com o meu advogado - disse.



PINDOBA

Justiça atende Defensoria em defesa dos moradores

A comunidade do povoado Pindoba, do município de Paço do Lumiar, conquistou o direito de permanecer na área em que vive há mais de 25 anos, sem a ameaça de supostos proprietários. A Justiça de Paço do Lumiar deferiu, esta semana, liminar determinando que as empresas interessadas na área se abstenham da prática de quaisquer atos atentatórios à posse das famílias de trabalhadores rurais assentados na área até o julgamento final do processo. O descumprimento da medida resultará na aplicação de multa diária de R\$ 5.000,00.

A decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Odete Maria Pessoa Mota, aten-

de a uma das solicitações da ação civil pública assinada pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

A ação pede o reconhecimento do direito à posse definitiva da terra a cerca de 200 famílias que ali vivem, com base no direito de usucapião (direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso por um determinado tempo).

A ação da DPE-MA requer a presença do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) para o fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser realizada.

AUDÁCIA

Fórum de Codó sofre duas tentativas de invasão

O Fórum de Codó foi invadido duas vezes esta semana, "provavelmente por bandidos que procuravam armas e drogas", disse ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, ontem, sexta-feira, 3, a diretora e juíza da 3ª Vara da comarca, Stela Pereira Muniz Braga.

O corregedor pediu providências imediatas à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Nas duas vezes, os invasores entraram pelo depósito da 3ª Vara e saíram sem levar nada. O acesso ocorreu por uma fábrica abandonada vizinha ao prédio.

Na madrugada do último

dia 29, empurraram um ar-condicionado para chegar ao depósito, onde reviraram caixas com processos e armários. Na primeira investida não conseguiram romper uma porta de acesso à outra dependência.

Na quarta-feira, 1º, também pela madrugada, quebraram o vidro de uma janela, serraram a grade e entraram. Um barulho provocado por um dos vigias afugentou os bandidos. Segundo a juíza, ele disse ter telefonado ao 190 da PMMA e ninguém atendeu.

O Fórum de Codó pos-

sui quatro vigilantes cedidos pela prefeitura e que trabalham por turno. Nenhum possui arma e treinamento para a função. As armas ali guardadas foram entregues à Polícia Militar, semanas antes, e enviadas ao Exército. "Embora não tenham levado objetos, nada impede que os invasores retornem para subtrair bens patrimoniais e processos criminais ou, mesmo, incendiar o fórum", alerta a juíza.

O corregedor esteve em Codó em novembro, quando inaugurou o Juizado Especial Cível e Criminal,

e constatou a necessidade de elevar o muro do fórum. "Devido ao recesso natalino e extrema violência da cidade, a questão é urgente", diz Stela Muniz, que pede cerca elétrica em volta do prédio e segurança armada.

Furtos e roubos se tornaram frequentes em áreas próximas ao fórum. Servidores foram assaltados na saída do trabalho e usuários de serviços da justiça tiveram bicicletas furtadas. Há menos de duas semanas, um advogado teve o carro arrombado após estacionar em rua lateral.

05 Judiciário instala Juizado Especial em Pedreiras

GERAL



O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem, sexta-feira, 3, o Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras, que fica a 277 km da capital, São Luís.

Judiciário instala Juizado Especial em Pedreiras



Solenidade de instalação de juizado especial

O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem, sexta-feira, 3, o Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras, que fica a 277 km da capital, São Luís. A unidade já começa a funcionar com cerca de 7.000 processos oriundos das três varas existentes na comarca de entrância intermediária. A diretora do Fórum Desembargador Araújo Neto e juíza da 2ª Vara, Lewman de Moura Silva, responderá temporariamente pelo juizado, até que seja nomeado outro juiz para o cargo.

O juizado foi criado pela Lei Complementar nº 119/2008 e teve sua instalação autorizada pelo Pleno do TJMA na sessão de 18 de agosto passado. Era considerado necessário para desafogar o volume de trabalho nas três varas que, juntas, registram cerca de 12.500 processos em tramitação.

Em Pedreiras, ficará no mesmo endereço das varas, no fórum da cidade, na Rua

das Laranjeiras, s/n, Goial. É dotado de gabinetes de juiz e secretário, sala de audiências e secretaria, e ocupa uma área totalmente reformada com recursos próprios da comarca, a um custo de R\$ 8 mil, onde funcionava a Justiça Eleitoral, que foi transferida para um prédio vizinho. É o 31º juizado autônomo do Maranhão e 14º do interior do estado. A capital tem outros 17 juizados.

A equipe da nova unidade contará com os cargos de juiz de direito, secretário judicial, secretário substituto, conciliador, analista judiciário, dois oficiais de justiça, três técnicos judiciários e dois auxiliares judiciários. Atenderá às demandas judiciais da população de Pedreiras e dos municípios de Lima Campos e Trizidela do Vale, termos judiciários da comarca, totalizando cerca de 70 mil pessoas.

O desembargador Bernardo Rodrigues (ouvidor

do Judiciário) representou o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e presidiu a solenidade ao lado da diretora do fórum local, Lewman Moura; e da coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior.

Lewman Moura revelou-se emocionada com a presença do ouvidor, pela sua trajetória de vida até conquistar o cargo de desembargador. Agradeceu ao presidente Jamil Gedeon e ao corregedor-geral Guerreiro Junior pela instalação do juizado, e lembrou do trabalho de juízes que passaram pela comarca, advogados e servidores.

RECORDE - A diretora do fórum disse que o juiz que assumir o juizado encontrará 80% dos processos já julgados, 5% à espera de sentença e os outros 15% com audiências designadas. Dados estatísticos apontados pela magistrada e exibidos ao público indicam que a comarca de Pedreiras bateu recorde de processos distribuídos de competência dos juizados nos últimos três meses e ficou em primeiro lugar no Maranhão. Somente em setembro recebeu cerca de 1.600 processos novos.

A juíza Francisca Galiza enfatizou o trabalho do presidente do TJMA e do corregedor pela instalação da unidade, e da importância da implantação com as

novas regras processuais que disciplinam os juizados, simplificando o processo, ensejando a celeridade da marcha das ações e a brevidade da conclusão das causas. "A Justiça fica mais próxima do cidadão e, quanto mais próxima, mais efetiva", resumiu a coordenadora dos Juizados Especiais.

O desembargador Bernardo Rodrigues destacou o trabalho de Jamil Gedeon para melhorar a prestação jurisdicional no Maranhão, lembrou que é o terceiro juizado que o presidente do TJMA instala neste ano, depois de Pinheiro e Codó, e falou da iniciativa conjunta com o corregedor Guerreiro Junior para aproximar o Judiciário do povo. Falou do trabalho dos juízes que passaram e dos que atuam em Pedreiras, e convidou todos a uma reflexão sobre a situação da Justiça Comum, que recebe milhares de processos, e da necessidade do exercício da cidadania, para evitar ainda mais problemas.

Depois que a secretária judicial Thaís Chagas leu a ata de instalação do juizado, o ouvidor do Judiciário declarou instalada a unidade e descerrou a placa comemorativa ao lado da diretora do fórum, da coordenadora dos juizados especiais e dos outros dois juízes da comarca, Lúcio Vale (1ª Vara) e Cristovão Barros (3ª Vara). O padre Wagner Pereira e o pastor Augusto Cruz abençoaram as novas instalações.

AÇÃO

Polícia Civil prende homicida na Cidade Olímpica

Ontem, sexta-feira, 3, agentes da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Operária (Decop), cumpriram um mandado de prisão contra Elenilson Colins Silva, de 24 anos. O mandado é decorrente de sentença condenatória, em função de um homicídio praticado em abril de 2004 no bairro da Jannaina, contra Carlos André Everton Colins, seu primo.

O mandado foi expedido pela juíza Alice de Sousa Rocha, da 1ª Vara do Tribunal de Júri da Capital. Em posse deste, a equipe de captura da Decop se deslocou à residência de Elenilson, que fica na Avenida Brasil, nº 21, na Cidade Olímpica. A prisão ocorreu em via pública, próxima

à sua residência. O acusado não resistiu à prisão.

O delegado Ednaldo Silva informou que Elenilson responde a três processos. Além do assassinato de seu primo, ele responde também pelo homicídio de um moto taxista em 2005 e por porte ilegal de arma. Após a prisão, ele foi conduzido ao Centro de Triagem de Pedrinhas.

A prisão de Elenilson é resultado de um trabalho feito pelos policiais da Decop. "Estamos priorizando repressão a homicídios, tráfico e assaltos. Designamos uma equipe especial para combater esses delitos em toda a área da Cidade Operária e bairros adjacentes", comentou o delegado Ednaldo Silva.

Estado Maior

Comarcas estão devendo metas para Conselho

As comarcas de Caxias e Pedreiras são as que mais armazenam pendências em relação às metas do Conselho nacional de Justiça. Outras comarcas do estado também estão em situação irregular, mas aquelas duas superam, e muito, todas as demais. **Política 3**

Pendências com o CNJ

As Comarcas de Pedreiras e Caxias lideram, respectivamente, o *ranking* estadual de pendências com as Metas 2 e 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na 2ª Vara de Pedreiras, o número de processos distribuídos na Justiça até 31 de dezembro de 2005 (Meta 2), e ainda em tramitação, é de 518. Em Caxias, 7.636 processos de execução fiscal (Meta 3) tramitam na 1ª Vara da Comarca.

De acordo com dados de relatório relativos às metas, as pendências na Justiça de 1º grau em relação à Meta 2 são de 21.169 processos. Para a Meta 3, o total é de 72.864 processos.

Nos processos da Meta 2, a 1ª Vara de Pedreiras é seguida pela 1ª Vara de Barra do Corda, com 514 processos, e pela Comarca de Matões (Vara única), com 502 processos.

Em relação aos processos de execução fiscal, a chamada Meta 3, a 6ª Vara da Fazenda Pública da capital ocupa o segundo lugar entre as unidades judiciais com maior número de pendências - 5.131 processos. Números parecidos são registrados nas 8ª e 7ª Varas da Fazenda Pública (capital), que contabilizam, respectivamente, 5.086 e 4.457 processos.

Nesse contexto, oito unidades judiciais jamais informaram o passivo das metas de 2010 do CNJ. Nessa condição estão Barreirinhas, 3ª Vara Cível de Imperatriz, Penalva, Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês, São João Batista, 7º e 9º Juizados Especiais Cíveis de São Luís e 10ª Vara Criminal da capital.

Outras unidades têm dados pendentes: Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar e a 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís.

A ordem é concentrar esforços para superar as dificuldades e, se não por fim às pendências, pelo menos reduzi-las ao máximo.

Concluída a reforma do Fórum Henrique de La Rocque, em Imperatriz

Obra, que se estendeu por 10 meses, custou ao Tribunal de Justiça cerca de R\$ 1 milhão

IMPERATRIZ - Em reunião com juízes da Comarca de Imperatriz, quinta-feira (26), o desembargador Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, fez a entrega simbólica dos serviços de reforma das instalações do Fórum “Ministro Henrique de La Rocque”, após 10 meses de obras.

Os investimentos do TJ na melhoria do fórum foram cerca de R\$1 milhão, recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), que se destina a melhorar a infraestrutura da Justiça estadual.

Entre os serviços realizados pela diretoria de engenharia do TJ, foi feita a substituição do piso e do forro das dependências do fórum; a reforma dos 13 sanitários privativos das varas e dos utilizados pelo público, com substituição das louças e metais; a re-

visão das instalações hidráulicas e elétricas, com a troca de tubulação e fiação, respectivamente; instalação de pontos de ar-condicionado e a renovação dos 120 assentos do salão do júri.

As melhorias incluíram, ainda, a construção de sanitário exclusivo e a aquisição de elevador para uso por pessoas com deficiência física e a construção de duas celas de espera, com sanitários anexos, para presos de ambos os sexos que antes aguardavam as audiências criminais nos corredores.

A segurança das pessoas que trabalham ou visitam o fórum também foi reforçada com a construção de uma escada para saída de emergência, em caso de incêndio ou pânico, ligando o segundo pavimento do edifício ao estacionamento.

Para o juiz Adolfo Peres da Fonseca Neto, diretor do Fórum, as intervenções foram “excelentes” e corresponderam às solicitações dos juízes, feitas à administração do TJ, e proporcionaram melhores condições de trabalho para os magistrados e servidores.

- **O resultado** do último concurso para cargos de juiz de direito da esfera estadual tem gerado polêmica nos bastidores do Judiciário maranhense.

TJ quer explicações sobre eleição

Desembargadora Maria das Graças de Castro intimou o atual reitor da Uema, José Augusto Oliveira, e Nordman Wall

O reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Silva Oliveira, e o presidente da Comissão Eleitoral da escolha da lista tríplice para o novo reitor da instituição, Nordman Wall, foram intimados pela desembargadora Maria das Graças de Castro, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a prestar esclarecimentos sobre informações relacionadas ao resultado das eleições.

A desembargadora quer saber por qual motivo a Comissão Eleitoral concluiu a totalização dos votos incluindo o nome de José Augusto Oliveira e por quais razões houve uma divulgação, ainda que por poucos minutos, do resultado final das eleições. Conforme informações extra-oficiais, a comissão chegou a divulgar o resultado do pleito no site da Uema, mas depois de alguns minutos tirou-o do ar. Também houve registro em ata desse resultado e ele foi afixado em um mural da Uema, ainda por essas informações extra-oficiais. O reitor José Augusto de Oliveira foi o mais votado na escolha da lista tríplice, seguido pelos professores Gomes Pereira e Salgado Neto.

Na semana passada, a desem-

bargadora determinou a suspensão do processo eleitoral para a escolha do novo reitor e a divulgação dos respectivos resultados. A decisão foi proferida no dia 26 de novembro, pela manhã. A divulgação temporária do resultado das eleições da Uema ocorreu à tarde. Depois de terem conhecimento do teor da decisão judicial, à tarde, os integrantes da Comissão Eleitoral não repassaram mais informações relacionadas às eleições na instituição.

Mérito - A suspensão das eleições da Uema foi uma medida temporária antes do julgamento do mérito da elegibilidade ou não do atual reitor José Augusto Oliveira, que foi considerado inelegível em primeira instância sob a alegação de que já está em seu segundo mandato e o regimento interno da Uema proíbe que uma pessoa seja eleita por três mandatos consecutivos. Em segunda instância, Oliveira conseguiu uma liminar favorável da desembargadora Nelma Sarney, que depois foi derrubada pela desembargadora Maria das Graças de Castro. Atualmente, o processo está em discussão para resolução de mérito.

Flora Dolores



Nordman Wall preside comissão

Advogados

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão deferiu, por maioria, o pedido feito pela OAB, seccional do Maranhão, de “férias” aos advogados, com suspensão de prazos, audiências e publicações pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de janeiro de 2011.

Judiciário do Maranhão inaugura Juizado Especial em Pedreiras

Trata-se do 31º juizado autônomo e o 14º instalado no interior do estado

O Poder Judiciário do Maranhão instalou ontem o Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras (277 km de São Luís). A unidade já começa a funcionar com cerca de 7 mil processos oriundos das três varas existentes na comarca de entrância intermediária. A diretora do Fórum Desembargador Araújo Neto, que também é juíza da 2ª Vara, Lewman de Moura Silva, responderá temporariamente pelo juizado, até que seja nomeado outro juiz para o cargo.

O juizado está instalado no mesmo endereço das varas, no fórum da cidade, na Rua das Laranjeiras, s/n, Goiabal. É dotado de gabinetes de juiz e secretário, sala de audiências e secretaria, e ocupa uma área totalmente reformada com recursos próprios da comarca, a um custo de R\$ 8 mil, onde funcionava a Justiça Eleitoral, que foi transferida para um prédio vizinho. É o 31º juizado autônomo do Maranhão e 14º do interior do estado. A capital tem outros 17 juzizados.

A equipe da nova unidade contará com os cargos de juiz de Direito, secretário judicial, secretário substituto, conciliador, analista judiciário, oficial de Justiça (dois), técnico judiciário (três) e auxiliar judiciário (dois). Vai atender às demandas judiciais da população de Pedreiras (39.481 ha-

bitantes – IBGE) e dos municípios de Lima Campos e Trizidela do Vale, termos judiciários da comarca, totalizando cerca de 70 mil pessoas.

O desembargador Bernardo Rodrigues (ouvidor do Judiciário) representou o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e presidiu a solenidade ao lado da diretora do fórum local, Lewman Moura; e da coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior.

Lewman Moura mostrou-se emocionada com a presença do ouvidor, pela sua trajetória de vida até conquistar o cargo de desembargador. Agradeceu ao presidente Jamil Gedeon e ao corregedor-geral Guerreiro Junior pela instalação do juizado e lembrou do trabalho de juízes que passaram pela comarca, advogados e servidores.

Recorde - A diretora do fórum disse que o juiz que assumir o juizado encontrará 80% dos processos já julgados, 5% à espera de sentença e os outros 15% com audiências designadas. Dados estatísticos apontados pela magistrada e exibidos ao público indicam que a Comarca de Pedreiras bateu recorde de processos dis-

tribuídos de competência dos juzizados nos últimos três meses e ficou em primeiro lugar no Maranhão. Somente em setembro recebeu cerca de 1.600 processos novos.

A juíza Francisca Galiza enfatizou o trabalho do presidente do TJMA e do corregedor pela instalação da unidade e da importância da implantação com as novas regras processuais que disciplinam os juzizados, simplificando o processo, ensejando a celeridade das ações e a brevidade da conclusão das causas. "A Justiça fica mais próxima do cidadão e, quanto mais próxima, mais efetiva", resumiu a coordenadora dos Juzizados Especiais.

O desembargador Bernardo Rodrigues destacou o trabalho de Jamil Gedeon para melhorar a prestação jurisdicional no Maranhão, lembrou que é o terceiro juizado que o presidente do TJMA instala este ano, depois de Pimenteiro e Codó, e enalteceu a iniciativa conjunta com o corregedor Guerreiro Junior para aproximar o Judiciário do povo. Falou do trabalho dos juízes que passaram e dos que atuam em Pedreiras, e convidou todos a uma reflexão sobre a situação da Justiça Comum, que recebe milhares de processos, e da necessidade de exercício da cidadania, para evitar ainda mais problemas.

Divulgação



Desembargador José Bernardo (dir.) na cerimônia de inauguração

Mois

O Juizado foi criado pela Lei Complementar nº 119/2008 e teve sua instalação autorizada pelo Pleno do TJMA na sessão de 18 de agosto passado. Era considerado necessário para desafogar o volume de trabalho nas três varas que, juntas, registram cerca de 12.500 processos em tramitação. Também participaram da solenidade o vice-prefeito de Trizidela do Vale, Fred Maia, e o comandante da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, major José Maria Carvalho Filho.

CGJ vai lançar projeto “Pauta Zero” no interior

Ação permitirá que 20 juízes sentenciem e despachem 2.800 processos na Comarca de Vitória do Mearim, na Baixada Maranhense

VITÓRIA DO MEARIM - A partir de segunda-feira (6) e durante uma semana, 20 juízes estarão em Vitória do Mearim para despachar e sentenciar 2.800 processos conclusos na Comarca.

A ação dá início ao projeto “Pauta Zero”, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), que objetiva despachar e sentenciar todos os processos conclusos em comarcas estaduais com movimento processual elevado e orientar as secretarias judiciais para maior efetividade de serviços.

A iniciativa de trazer o “Pauta Zero” para o Maranhão é do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, que acredita que a ação pode reduzir substancialmente, e de forma rápida, o estoque de processos em comarcas com demanda elevada. O projeto é inspirado em experiência do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, com sucesso naquele estado.

O juiz Pedro Holanda Pascoal, da Comarca de Tuntum, vai coordenar a equipe de trabalho que vai atuar em Vitória

do Mearim de 6 a 10 deste mês. Ao fim desse período, cada juiz deverá enviar ao coordenador relatório com o quantitativo de processos despachados e de sentenças.

A Corregedoria pretende fixar o “Pauta Zero” em definitivo na estrutura do Judiciário maranhense. Na quarta-feira (1º), em sessão plenária, o corregedor fez uma síntese do projeto e objetivos a desembargadores.

Núcleo - Guerreiro Júnior vai solicitar ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a criação de um Núcleo de Apoio à Efetividade Judiciária. Essa força-tarefa da magistratura reunirá 20 juízes indicados e nomeados pelo Pleno e terá competência para atividades jurisdicionais relativas a processos de naturezas cível e criminal das comarcas ou varas designadas pelo corregedor, prevê o projeto.

No próximo ano, o “Pauta Zero” vai chegar sistematicamente a todas as comarcas onde a Corregedoria identifique sufoco processual.

Agentes I

Agentes de trânsito e guardas municipais devem ser reunidos na próxima semana com a Prefeitura para pedir aumento salarial de 5%. Eles querem que a administração municipal cumpra o acordo firmado no primeiro semestre.

Agentes II

Os agentes e guardas estão impedidos de fazer greve, pela Justiça, por causa dos transtornos causados pela última paralisação realizada em maio. Na ocasião, vários semáforos foram quebrados, e os servidores são acusados de ser os autores da ação.

Agentes III

Uma comissão foi eleita quinta-feira, dia 2, durante assembleia geral do Sindicato dos Agentes de Trânsito (Sindtrânsito) e do Sindicato dos Guardas Municipais, para negociar com o Município, pois a Prefeitura ainda não cumpriu acordo determinado pela Justiça.

Estelionatário que se passava por autoridades é preso no MA

Prado Carioca vinha lesando grupos empresariais, solicitando patrocínio para um falso projeto cultural maranhense de bumba-meu-boi

Carlos Roberto Melo Prado, o *Prado Carioca*, de 52 anos, foi preso ontem por policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), no município de São José de Ribamar. Segundo a polícia, ele é um dos mais conhecidos estelionatários do Maranhão, que responde a vários processos criminais por usar nomes de autoridades políticas para lesar grupos empresariais de renome no Brasil.

Prado Carioca, que apesar da alcunha é natural de Redenção-CE, foi preso por volta das 12h na região central da cidade balneária. De acordo com a polícia, ele estava em um veículo Peugeot 207 prata (NNH-6179), com um bloco de notas fiscais, uma delas preenchida com o valor de R\$ 28 mil. A cédula, conforme explicou o delegado Breno Galdino, foi emitida para custear um falso projeto cultural de bumba-meu-boi.

“A nota fiscal foi encaminhada ao Grupo Jereissati, em Fortaleza-CE. O golpista solicitou um patrocínio de R\$ 30 mil para bancar grupos folclóricos maranhenses em uma suposta viagem aos estados de Pernambuco, Ceará e Roraima. O dinheiro seria, segundo ele, para uma campanha do meio ambiente, durante os espetáculos que

nunca existiu”, disse o delegado, ao apresentar o acusado à imprensa.

Acusações - Na mesa do delegado que coordenou a prisão do estelionatário havia pelo menos 10 cópias de processos criminais contra o acusado. *Prado Carioca* fazia ligações para empresas nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, se apresentando como governador, secretário estadual e até ex-presidente da República. Na primeira conversa, o golpista pedia a quantia desejada à vítima.

Ainda segundo a polícia, *Prado Carioca* acertava o valor e dizia que seu “assessor”, Carlos Roberto (ele mesmo) ligaria em seguida para fornecer os dados da sua conta concorrente. Sem desconfiar de que se tratava de um golpe, pois o poder de persuasão do criminoso é muito forte, a empresa acabava depositando a quantia. Empresas como a Vale, o HSBC e a Arcor são algumas ludibriadas pelo criminoso.

“Ele também encaminhava ofícios para que a fraude não deixasse suspeita. No dia 3 de novembro, por exemplo, ele solicitou ao Grupo Jereissati que disponibilizasse patrocínios para um evento fictício que aconteceria no

Reprodução de Imagem/TV Mirante



Carlos Roberto Melo Prado, o *Prado Carioca*, preso por estelionato

Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Por conta dessa ação criminosa ele teve um mandado de prisão condenatória”, acrescentou Breno Galdino.

Prisão - A ordem judicial assinada pelo juiz Raimundo Pereira Neto, da 3ª Vara Criminal de São Luís, determina a reclusão de *Prado Carioca* por três anos, em regime semi-aberto. Durante a prisão do acusado, a polícia recolheu em seu poder, além do automóvel e do bloco de notas fiscais, nominado em “G.O Prado Produções – Mara-

Mais

Na lista de empresários enganados pelo estelionatário estão Celso Grelett, sócio de Pelé, Eike Batista, Zezé Perrela, presidente do Cruzeiro, e até a assessoria de Comunicação da governadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a quem prometeu um jogo da Seleção Brasileira em Belém.

nhão Shows e Eventos”, duas agendas de contatos de dezenas de grupos empresárias e R\$ 1.730,00.

COM FÉRIAS

* De 20 de dezembro a 20 de janeiro de 2011, os prazos processuais, a realização de audiências e as publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ficam suspensas.

* No entanto, desembargadores, juízes e demais servidores vão trabalhar normalmente e o atendimento ao público será mantido, com a apreciação de processos e demais serviços forenses.

* A medida foi deferida nesta quarta-feira, 1º, por maioria, pelo Pleno do TJMA, em atendimento ao pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB/MA), feito no último dia 22 de novembro, como forma de garantir à classe um descanso, uma vez que eles possuem uma rotina exaustiva e incessante, sem direito a férias.

EN PASSANT

... O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu na sessão administrativa desta quarta-feira, 1º, enviar à Assembléia Legislativa do Maranhão Projeto de Lei que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de justiça, de nível superior para nível médio...

... A mudança altera o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução 119, na qual o próprio Conselho revoga a Resolução 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao cargo de oficial de justiça...

... O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que essa mudança visa acolher as necessidades e a realidade do Judiciário Maranhense, com o objetivo de atender a demanda de funcionários nas comarcas e também proporcionar à sociedade uma prestação de serviço mais célere e eficiente...

... É que no interior é difícil a situação, ninguém quer ir, e quem lá mora não passa nos benditos concursos...

... Então, vão baixar o nível das provas para ver se, assim, preenche o quadro...

... Depois, a luta vai ser para colocar em prática, efetivamente, um plano de carreiras, porque de salários a "gratificação" resolve.

■ Eleição na Uema

O reitor José Augusto Oliveira, na condição de presidente do Conselho Universitário, e o professor Nordeman Wall, que preside a comissão eleitoral, foram intimados pela desembargadora Maria das Graças de Castro a prestar esclarecimentos sobre a divulgação do resultado da eleição na Universidade Estadual, já que o pleito estava sub judice.

Justiça atende solicitação em defesa dos moradores da Pindoba

A comunidade do povoado Pindoba, do município de Paço do Lumiar, conquistou o direito de permanecer na área em que vive há mais de 25 anos, sem a ameaça de supostos proprietários. A Justiça de Paço do Lumiar deferiu, esta semana, liminar determinando que as empresas interessadas na área se abstenham da prática de quaisquer atos atentatórios à posse das famílias de trabalhadores rurais assentados na área até o julgamento final do processo. O descumprimento da medida resultará na aplicação de multa diária de R\$ 5.000.

A decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Odete Maria Pessoa Mota, atende a uma das solicitações da ação civil pública assinada pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da

Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

A ação pede o reconhecimento do direito à posse definitiva da terra a cerca de 200 famílias que ali vivem, com base no direito de usucapião (direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso por um determinado tempo).

A ação da DPE-MA requer a presença do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) para o fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser realizada.

“Essa decisão liminar é medida de notório bom senso, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, no sentido de resguardar a posse na terra a cerca de 200 famílias da área da Pindoba que, ao longo de muitos anos, construíram suas mo-

radias e tornaram a terra produtiva, inclusive, abastecendo de produtos agrícolas as feiras livres da cidade”, afirmou o defensor público no Núcleo de Paço do Lumiar, Thiago Josino Carrilho de Arruda, que também está acompanhando o caso.

Entenda o conflito – Em outubro, os moradores da Pindoba, de Paço do Lumiar, município localizado na Ilha de São Luís, denunciaram à DPE e à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (OAB-MA) ameaças de despejo por supostos donos da área, visada, possivelmente, para fins de especulação imobiliária. Segundo relataram, estranhos, que não se identificaram, fizeram o cadastramento dos imóveis, e a presença de jagunços armados se tornou constante, deixando os moradores aterrorizados.

Fórum de Codó sofre duas tentativas de invasão na semana

O Fórum de Codó foi invadido duas vezes esta semana, "provavelmente por bandidos que procuravam armas e drogas", disse ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, nesta sexta-feira, 3, a diretora e juíza da 3ª Vara da comarca, Stela Pereira Muniz Braga. O corregedor pediu providências imediatas à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Nas duas vezes, os invasores entraram pelo depósito da 3ª Vara e saíram sem levar nada. O acesso ocorreu por uma fábrica abandonada vizinha ao prédio.

Na madrugada do dia 29, empurraram um ar-condicionado para chegar ao depósito, onde reviraram caixas com processos e armários. Na primeira investida não conseguiram romper uma porta de acesso à outra dependência.

Na quarta-feira, 1º, também pela madrugada, quebraram o vidro de uma janela, serraram a grade e entraram. Um barulho provocado por um dos vigias afugentou os bandidos. Segundo a juíza, ele disse ter telefonado ao 190 da PMMA e ninguém atendeu.

O Fórum de Codó possui quatro vigilantes cedidos pela prefeitura e que trabalham por turno. Nenhum possui arma e treinamento para a função.

As armas ali guardadas foram entregues à Polícia Militar, semanas antes, e enviadas ao Exército.

"Embora não tenham levado objetos, nada impede que os invasores retornem para subtrair bens patrimoniais e processos criminais ou, mesmo, incendiar o fórum", alerta a juíza.

O corregedor esteve em Codó em novembro, quando inaugurou o Juizado Especial Cível e Criminal, e constatou a necessidade de elevar o muro do fórum. "Devido ao recesso natalino e extrema violência da cidade, a questão é urgente", diz Stela Muniz, que pede cerca elétrica em volta do prédio e segurança armada.

Furtos e roubos se tornaram frequentes em áreas próximas ao fórum. Servidores foram assaltados na saída do trabalho e usuários de serviços da justiça tiveram bicicletas furtadas. Há menos de duas semanas, um advogado teve o carro arrombado após estacionar em rua lateral.

Justiça atende solicitação da Defensoria em defesa dos moradores da Pindoba

A comunidade do povoado Pindoba, do município de Paço do Lumiar, conquistou o direito de permanecer na área em que vive há mais de 25 anos, sem a ameaça de supostos proprietários. A Justiça de Paço do Lumiar deferiu, esta semana, liminar determinando que as empresas interessadas na área se abstenham da prática de quaisquer atos atentatórios à posse das famílias de trabalhadores rurais assentados na área até o julgamento final do processo. O descumprimento da medida resultará na aplicação de multa diária de R\$ 5.000,00.

A decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Odete Maria Pessoa Mota, atende a uma das solicitações da ação civil pública assinada pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

A ação pede o reconhecimento do direito à posse definitiva da terra a cerca de 200 famílias que ali vivem, com base no direito de usucapião (direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso por um determinado tempo).

A ação da DPE-MA requer a presença do Instituto de Coloniza-

ção e Terras do Maranhão (Iterma) para o fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser realizada.

“Essa decisão liminar é medida de notório bom senso, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, no sentido de resguardar a posse na terra a cerca de 200 famílias da área da Pindoba que, ao longo de muitos anos, construíram suas moradias e tornaram a terra produtiva, inclusive, abastecendo de produtos agrícolas as feiras livres da cidade”, afirmou o defensor público no Núcleo de Paço do Lumiar, Thiago Josino Carilho de Arruda, que também está acompanhando o caso.

Entenda o Conflito – Em outubro, os moradores da Pindoba, de Paço do Lumiar, município localizado na Ilha de São Luís, denunciaram à DPE- e à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (OAB-MA) ameaças de despejo por supostos donos da área, visada, possivelmente, para fins de especulação imobiliária. Segundo relataram, estranhos, que não se identificaram, fizeram o cadastramento dos imóveis, e a presença de jagunços armados se tornou constante, deixando os moradores aterrorizados.

■ Aparelhos para reprimir infrações (I)

A juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, titular da Comarca de Poção de Pedras, e o promotor de justiça Rommel Silva, fizeram a entrega de um bafômetro e de um decibelímetro à Polícia Militar no município.

Na quinta-feira, 2, ao entregar os equipamentos a juíza lembrou o clamor social por um controle efetivo de infrações, em especial relacionadas à embriaguez no trânsito e poluição sonora.

O uso adequado dos aparelhos vai constatar a materialidade de delitos e contribuir para reprimir essas infrações.

■ Aparelhos para reprimir infrações (II)

O major José Maria Honório de Carvalho, da 10ª Companhia Independente de Pedreiras, e o sargento Jonas Vieira, agradeceram a parceria do Judiciário e do MP com a Polícia e garantiu que os aparelhos serão usados na prevenção e repressão da criminalidade.

Os instrumentos foram adquiridos por meio de transações penais, realizadas em Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) em tramitação na comarca, mediante proposta do representante do Ministério Público.

A transação penal é a transformação, mediante proposta do Ministério Público, de penas restritivas da liberdade em penas alternativas, tais como prestação de serviços comunitários ou doações financeiras.

■ Bayminha na Presidência

O desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que responde interinamente pela vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado, assume a presidência neste sábado.

A investida de Bayminha ao cargo ocorre em função da viagem do presidente Jamil Ge-deon a Brasília para participar de importante reunião do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com todos os presidentes de tribunais, quando serão discutidas as metas a serem alcançadas pelos TJs em 2011.

O decano permanece na Presidência do TJ-MA até o próximo dia 07 de dezembro.

Participação

● O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, irá participar na segunda e terça-feira próximas (6 e 7), no Rio de Janeiro, do 4º Encontro Nacional do Judiciário. No encontro promovido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) serão definidas as metas do Judiciário nacional para o próximo ano, com prestação de contas das metas prioritárias de 2010, avaliadas por cada juízo ou tribunal de justiça dos estados. Guerreiro Júnior levará na bagagem documentos do seu projeto de PPP (Parceria Público Privada) para o Judiciário maranhense e parecer favorável do Conselho Nacional das PPPs.

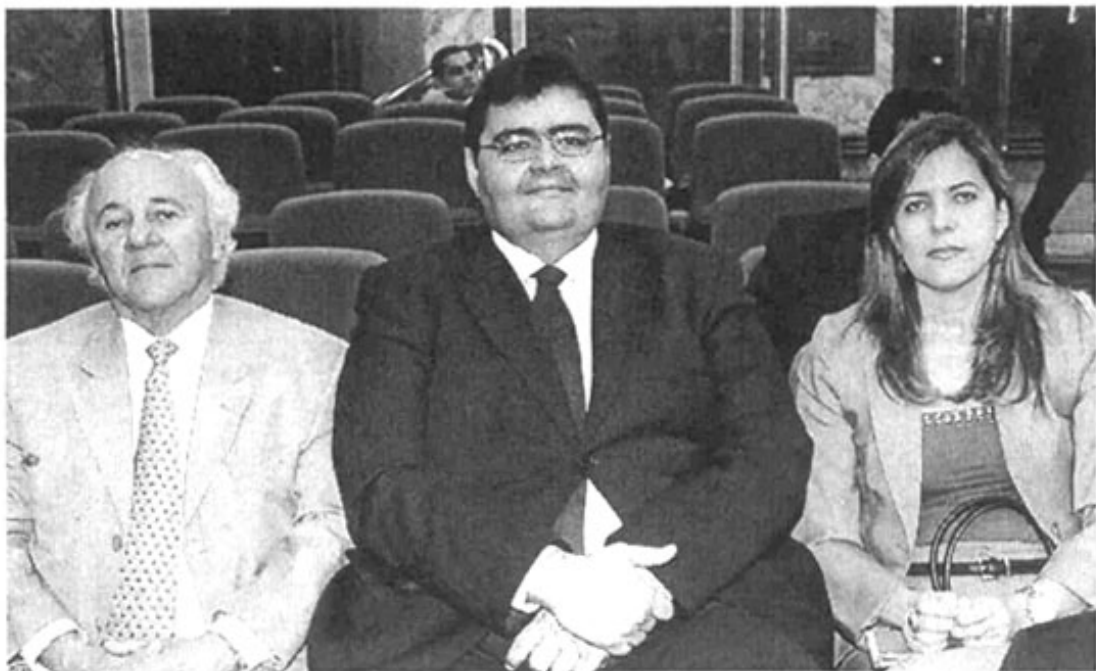
■ Encontro nacional

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, irá participar na segunda e terça-feira próximas (6 e 7), no Rio de Janeiro, do 4º Encontro Nacional do Judiciário.

No encontro promovido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) serão definidas as metas do Judiciário nacional para o próximo ano, com prestação de contas das metas prioritárias de 2010, avaliadas por cada juízo ou tribunal de justiça dos estados.

Guerreiro Júnior levará na bagagem documentos do seu projeto de PPP (Parceria Público Privada) para o Judiciário maranhense e parecer favorável do Conselho Nacional das PPPs. O tema será motivo de reunião com a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon.

EM CAUSA PRÓPRIA



● A diretoria da OAB do Maranhão (foto) comemorou mais uma vitória esta semana. O Pleno do TJ/MA aprovou o pedido de “férias” aos advogados, no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, sem prejuízo das ações na Justiça. O TRT/MA já havia aprovado um período para suspensão das audiências e prazos processuais. O secretário geral, Carlos Couto, o presidente e a vice-presidente, Mário Macieira e Valéria Lauande, acompanharam a votação dos desembargadores.

Polícia Civil prende acusado de homicídio na Cidade Olímpica

Ontem, agentes da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Operária (Decop) cumpriram um mandado de prisão contra Elenilson Colins Silva, 24 anos. O mandado é decorrente de sentença condenatória, em função de um homicídio praticado em abril de 2004 no Bairro da Janafna, contra Carlos André Everton Colins, seu primo.

O mandado foi expedido pela juíza Alice de Sousa Rocha, da 1ª Vara do Tribunal de Júri da Capital. Em posse deste, a equipe de captura da De-

cop se deslocou à residência de Elenilson, que fica na Avenida Brasil, nº 21, na Cidade Olímpica. A prisão ocorreu em via pública, próximo à sua residência. O acusado não resistiu à prisão.

O delegado Ednaldo Silva informou que Elenilson responde a três processos. Além do assassinato de seu primo, ele responde também pelo homicídio de um mototaxista em 2005 e por porte ilegal de arma. Após a prisão, ele foi conduzido ao Centro de Triagem de Pedrinhas.



Prado fingia ser folclorista, dizendo que estava em busca de patrocínios

Prado Carioca volta a ser preso por estelionato

A polícia prendeu, ontem, em Ribamar, Carlos Roberto Melo Prado, o "Prado Carioca", 52 anos, acusado

de aplicar diversos golpes em grandes empresas e em repartições públicas em outros estados. ÚLTIMA PÁGINA

Prado Carioca volta a ser preso acusado de estelionato

Ele se passava por políticos para extorquir dinheiro de empresas e repartições públicas

POR VALQUÍRIA FERREIRA

Investigadores da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic) prenderam ontem, por volta das 12h, em São José de Ribamar, Carlos Roberto Melo Prado, o "Prado Carioca", 52 anos, acusado de aplicar diversos golpes em grandes empresas e em repartições públicas em outros estados.

"Ele fingia ser folclorista, dizendo que estava em busca de patrocínios para poder divulgar a brincadeira de bumba-meu-boi em outros estados; e, com a arte de persuadir, ligava se passando por uma autoridade, geralmente senadores e ex-governadores, alegando que iria beneficiar de alguma forma à empresa que lhe ajudasse", relatou o delegado Breno Galdino, da Seic.

A prisão de Prado Carioca foi realizada em cumprimento a um mandado de prisão por sentença condenatória de três anos e 20 dias de reclusão em regime semi-aberto, pelo crime de estelionato. Com ele, foi apreendido um veículo Peugeot 207, prata, placa NNH-6179, um bloco de notas fiscais em nome da empresa Maranhão Shows e Eventos, R\$ 1.730, dois cadernos de anotações com nomes de empresas de outros estados

e de repartições públicas, um carimbo com nome e CNPJ da empresa que pertence ao acusado. E ainda uma nota fiscal com a data de 2 de dezembro de 2010, informando que havia recebido o valor de R\$ 28 mil, como ajuda de gastos com o grupo folclórico "Bumba-meu-boi Encanto do Maranhão", doado pela Companhia Mundial do Meio Ambiente.

De acordo com a polícia, Carlos Roberto está sendo investigado desde 2007, sendo que contra ele existem mais dez processos, um na Seic e outro na Delegacia de Defraudações, todos por estelionato. No ano de 2003, Prado foi preso no 8º Distrito Policial, também por estelionato.

As investigações dão conta de que o acusado já aplicou golpe em empresas grandes nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e ainda nas empresas Vale, Acor, Banco HSBC, entre outras. Desta vez, ele estava sendo investigado pela aplicação do golpe na empresa Gerisat, de Fortaleza-CE, da qual teria se beneficiado com a quantia de R\$ 30 mil, depositado na conta bancária da empresa GO Prado Produções, que pertence a Carlos Roberto.

O acusado foi conduzido ao Centro de Triagem em Pedrinhas, onde deve permanecer à disposição da Justiça.

Pinheiro e Barra do Corda atingem 640 audiências de conciliação

O Juizado Especial de Pinheiro e a 1ª Vara de Barra do Corda somam, juntos, cerca de 1.500 audiências na Semana da Conciliação. Nos três primeiros dias de atividades foram realizadas mais de 640 audiências nas duas comarcas, com bom índice de conciliação.

Em Barra do Corda estavam agendadas 644 audiências, foram confirmadas mais de 380 e arrecadados mais de R\$ 380 mil em acordos homologados. 154 audiências terminaram em acordo entre as partes. "São números que indicam o quanto é positiva a iniciativa de con-

ciliar", observa o juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 1ª Vara da comarca.

Em Barra do Corda acontece programação especial durante a semana, com exposição artística, palestras sobre primeiros socorros, explicações sobre programas sociais e serviços de medição de pressão e glicemia.

No Juizado de Pinheiro – onde ocorrem audiências noturnas, uma experiência inédita – estavam previstas mais de 840 audiências. Foram confirmadas em torno de 255 e atendimento a mais de 940 pessoas. A

quantia arrecadada nos acordos foi de R\$ 227 mil. Até agora, o número de acordos se aproxima dos 70%.

"As audiências, inclusive as noturnas, estão ocorrendo dentro do previsto. Ainda temos um bom trabalho até esta sexta-feira", diz o juiz Alexandre Mesquita, que coordena os trabalhos naquele juizado.

As audiências mais comuns envolvem o pagamento de indenizações. Em Pinheiro também acontecem audiências preliminares de processos criminais. Os quatro juizes da comarca estão mobilizados para a Semana da Conciliação.

Moradores da Pindoba vão manter suas casas

A comunidade do povoado Pindoba, do município de Paço do Lumiar, conquistou o direito de permanecer na área em que vive há mais de 25 anos, sem a ameaça de supostos proprietários. A Justiça de Paço do Lumiar deferiu, esta semana, liminar determinando que as empresas interessadas na área se abstenham da prática de quaisquer atos atentatórios à posse das famílias de trabalhadores rurais assentados na área até o julgamento final do processo. O descumprimento da medida resultará na aplicação de multa diária de R\$ 5.000,00.

A decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Odete Maria Pessoa Mota, atende a uma das solicitações da ação civil pública assinada pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

POSSE DEFINITIVA

A ação pede o reconheci-

mento do direito à posse definitiva da terra a cerca de 200 famílias que ali vivem, com base no direito de usucapião (direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso por um determinado tempo).

A ação da DPE-MA requer a presença do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) para o fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser realizada.

“Essa decisão liminar é medida de notório bom senso, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, no sentido de resguardar a posse na terra a cerca de 200 famílias da área da Pindoba que, ao longo de muitos anos, construíram suas moradias e tornaram a terra produtiva, inclusive, abastecendo de produtos agrícolas as feiras livres da cidade”, afirmou o defensor público no Núcleo de Paço do Lumiar, Thiago Josino Carrilho de Arruda, que também está acompanhando o caso.

IMAGENS DESMENTEM

Foi-se o tempo em que comprar uma câmera era coisa difícil no Maranhão. Hoje, em qualquer esquina, tem camelô chinês vendendo de tudo. Por isso que as imagens desmentiram as versões da agressão do juiz aposentado Jorge Moreno a um policial militar durante uma manifestação na cidade de Dom Pedro. A agressão foi revelada pelo corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior, durante sessão daquela corte. Alguém levou o meritíssimo a dizer uma série de inverdades. Quem viu a filmagem da manifestação observou um policial militar de dedo em riste na cara do juiz Jorge Moreno ordenando que ele se calasse. Parece que ali quem abusou de autoridade foi o policial. Mas como no Maranhão os valores são invertidos, nada mais natural que um outro juiz mandasse prender o colega Moreno.

Homicida condenado é preso na C.Olímpica

Agentes da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Operária (Decop), cumpriram, ontem, 3, um mandado de prisão contra Elenilson Colins Silva, de 24 anos. O mandado é decorrente de sentença condenatória, em função de um homicídio praticado em abril de 2004 no bairro da Janaina, contra Carlos André Everton Colins, seu primo. O mandado foi

expedido pela juíza Alice de Sousa Rocha, da 1ª Vara do Tribunal de Júri da Capital. Em posse deste, a equipe de captura da Decop se deslocou à residência de Elenilson, que fica na Avenida Brasil, nº 21, na Cidade Olímpica, subúrbio de São Luís. A prisão ocorreu em via pública, próxima à sua residência. O acusado não resistiu.



Elenilson vai pagar com cadeia pelo assassinato de Carlos Colins

Polícia Civil prende homicida na Olímpica

Ontem, 3, agentes da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Operária (Decop), subúrbio de São Luís, cumpriram um mandado de prisão contra Elenilson Colins Silva, de 24 anos. O mandado é decorrente de sentença condenatória, em função de um homicídio praticado em abril de 2004 no bairro da Janaina, contra Carlos André Everton Colins, seu primo.

O mandado foi expedido pela juíza Alice de Sousa Rocha, da 1ª Vara do Tribunal de Júri da Capital. Em posse deste, a equipe de captura da Decop se deslocou à residência de Elenilson, que fica na Avenida Brasil, nº 21, na Cidade Olímpica. A prisão ocorreu em

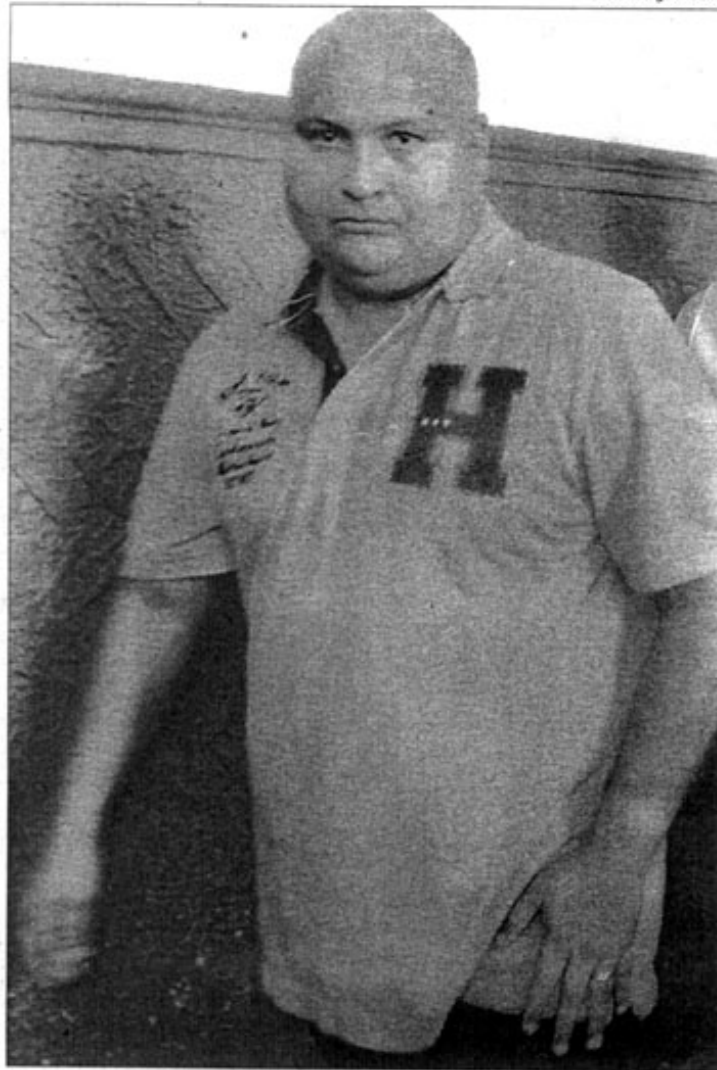
via pública, próxima à sua residência. O acusado não resistiu à prisão.

PROCESSOS

O delegado Ednaldo Silva informou que Elenilson responde a três processos. Além do assassinato de seu primo, ele responde também pelo homicídio de um moto taxista em 2005 e por porte ilegal de arma. Após a prisão, ele foi conduzido ao Centro de Triagem de Pedrinhas.

A prisão de Elenilson é resultado de um trabalho feito pelos policiais da Decop. “Estamos priorizando repressão a homicídios, tráfico e assaltos.

Fotos: Jorge Ribeiro



Prado Carioca aplicava golpes se passando por grandes autoridades

Estelionatário Prado Carioca é preso outra vez em S.José

Em cumprimento de mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Criminal, contra Carlos Roberto Prado, também conhecido como "Prado Carioca", 52, policiais da Delegacia Estadual de Investigações Criminais

(Deic) ontem, 3, o acusado de estelionato. Carlos Roberto Prado se passava por pessoas influentes para aplicar golpes em empresas e em órgãos públicos em todo o país. Ele foi preso em São José de Ribamar. **Página-8**

Estelionatário Prado é levado pra cadeia

Jorge Ribeiro

Policiais da Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic) cumpriram, ontem, 3, mandado de prisão expedido pela 3ª Vara Criminal contra Carlos Roberto Prado, também conhecido como "Prado Carioca", de 52 anos. Acusado de estelionato, Carlos Roberto Prado, que se passava por pessoas influentes para aplicar golpes em empresas e em órgãos públicos em todo o país, foi preso em São José de Ribamar.

O delegado da Deic, Breno Galdino Araújo, explicou como o estelionatário agia. De acordo com o delegado, Carlos Roberto Prado entrava em contatos com suas vítimas (empresas e órgãos públicos) se passando por pessoas importantes como senadores, governadores, etc.

Nessas conversas, utilizando os nomes de terceiros, Carlos Roberto Prado dizia que o grupo folclórico "Bumba Boi Encanto do Maranhão" precisava de "ajudas financeiras" para manter o grupo. E, por meio de um diálogo bastante convincente, o estelionatário conseguia recursos de suas vítimas que variavam de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil. No entanto, o tal grupo folclórico não existe.

As empresas e os órgãos públicos concediam a quantia pedida por Carlos Roberto Prado por acreditarem que o estelionatário realmente havia pedido estas "ajudas" a mando das pessoas importantes das quais ele se pas-



Carlos Roberto Prado está outra vez na cadeia

sava. No entanto, as pessoas que haviam tido os nomes envolvidos nas negociações não tinham nenhum tipo de ligação com o estelionatário.

NOTAS FISCAIS

Após receber o dinheiro combinado, Carlos Roberto Prado expedia até nota fiscal referente à "Maranhão Shows e Eventos", empresa que o estelionatário administrava. Em uma das notas falsas apresentadas pela polícia o valor cobrado por Carlos Roberto Prado

demonstrava que ele havia recebido R\$ 28 mil em um de seus golpes. A data desta nota é referente ao dia 2 de dezembro deste ano.

REINCIDENTE

Carlos Roberto Prado havia sido preso em 2003 também por envolvimento com estelionato. E, atualmente, estava sendo investigado pela polícia. No momento da prisão, na cidade de São José de Ribamar, a polícia encontrou de posse de Carlos Roberto Prado a quantia de R\$ 1.730.

Servidores do judiciário reciclam companheiros

Um grupo de servidores do Judiciário está percorrendo comarcas e multiplicando o treinamento de novas rotinas e métodos de trabalho nas secretarias judiciais visando ao cumprimento da Meta 5 do Judiciário nacional, cuja finalidade é implantar modelo de gerenciamento de rotinas em pelo 50% das unidades judiciais de 1º grau. Os trabalhos seguem até o dia 10 de dezembro.

COMARCAS

O trabalho já foi levado a varas cíveis da capital e para as comarcas de Anajatuba, Barra do Corda, Brejo, Carolina, Cedral, Codó, Coelho Neto, Colinas, Co-roatá, Cururupu, Humberto de Campos, Lago da Pedra, Loreto, Matões, Mirador, Mirinzal, Paço do Lumiar, Paraibano, Parnarama, Pastos Bons, Presidente Dutra, Santo Antônio dos Lopes, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Francisco do Maranhão e Timon.

Para a analista Katy Moraes,

integrante do Núcleo de Planejamento Estratégico do TJMA a padronização é necessária porque, em situações similares, havia grande distorção na prestação da justiça. "A partir do planejamento identificamos que processos de mesma natureza seguiam caminhos diferentes, dependendo da rotina estabelecida em cada comarca. Com o treinamento vamos uniformizar a prestação dos serviços, de forma que o processo seja concluído com mais rapidez", afirmou a analista.

Ana Cecília Carvalho, secretária judicial da 1ª Vara de Timon, atuou como replicadora em Loreto, Carolina, Parnarama, Matões e Timon, e disse que o trabalho foi significativo e contribuiu para a boa prestação dos serviços. "Percebi uma grande motivação e comprometimento por parte dos servidores, que assumiram o compromisso de implantar, o mais breve possível, os novos fluxos de trabalho", destacou a secretária.